

LIDO NO EXPEDIENTE
Em 17 / 04 / 2018
Cesar
PRESIDENTE



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR
Rua Cincinato Pinto, s/n, Centro - Maceió - AL - CEP 57020-050
Fone (82) 3315-2002 - CNPJ: 12.200.267/0001-01

Assembleia Legislativa de Alagoas
PROTOCOLO GERAL 1013
Data: 13/04/2018 Horário: 16:23
Legislativo -

OG nº 23/18.01.1

A PUBLICAÇÃO
Em 17 / 04 / 2018 Maceió-AL, aos 13 de abril de 2018.

Cesar
PRESIDENTE

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Estadual **LUIZ DANTAS LIMA**

Presidente da Assembleia Legislativa Estadual

Maceió/AL

A 30 COMISSÃO
Em 17 / 04 / 2018
Cesar
PRESIDENTE

Senhor Presidente,

Em atendimento ao disposto no inciso XIII do art. 107 da Constituição Estadual, encaminho, para apreciação dessa egrégia Casa de Leis, o **Balanço Geral do Estado** e seus demonstrativos, onde estão registrados contabilmente todos os atos e fatos administrativos, financeiros e econômicos da gestão governamental do **exercício de 2017**.

Respeitosamente,

JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO
Governador de Alagoas



**ESTADO DE ALAGOAS
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO**

Edifício Centro Empresarial Barão de Penedo, 14º Andar – Rua Barão de Penedo – Centro – Maceió/ AL – CEP: 57.020-340
Fone: (82) 3315-3630 - CNPJ: 12.415.907/0001-09

PROCESSO: 1104 - 000293/2018

UNIDADE AUDITADA: Secretaria de Estado da Fazenda de Estado – SEFAZ

ASSUNTO: Análise do Balanço Geral do Estado de Alagoas

EXERCÍCIO: 2017

**PARECER DO DIRIGENTE DO ÓRGÃO
DE CONTROLE INTERNO**

Acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria nº 001/2018, que certificou as contas apresentadas no Balanço Geral do Estado de Alagoas, exercício 2017, como **REGULARES SEM RESSALVAS**.

Maceió-AL, 13 de abril de 2018.

Maria Clara Cavalcante Bugarim
**Maria Clara Cavalcante Bugarim
Controladora Geral do Estado de Alagoas**



Certificado de Auditoria

Processo: 1104-000293/2018

Certificado nº 001/2018

Exercício: 2017

Unidade Auditada: Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas - SEFAZ/AL

Documento: Balanço Geral do Estado de Alagoas - Exercício 2017

Tipo de Certificado: Regular Sem Ressalvas

Examinamos, quanto à legitimidade e legalidade, o Balanço Geral do Estado de Alagoas, do Exercício de 2017, apresentado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas, onde avaliamos sob o ponto de vista estritamente técnico, as peças contábeis, comparando-se os resultados com os estimados.

Os exames foram efetuados de acordo com os demonstrativos que compõem o Balanço Geral, pertinentes às execuções orçamentária, financeira e patrimonial da Administração Direta e Indireta.

Em nossa opinião, face aos exames aplicados, de acordo com o escopo definido no primeiro parágrafo deste certificado, as contas relacionadas neste processo devem ser consideradas **REGULARES SEM RESSALVAS**.

Maceió, 13 de abril de 2018.



Adriana Andrade Araújo
Superintendente de Auditagem
CRC/AL nº 3.919 / Matrícula nº 113-9

RELATÓRIO DE AUDITORIA ESPECIAL nº 001/2018
PROCESSO nº 1104 - 000293/2018

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Análise do Balanço Geral do Estado de Alagoas

Exercício 2017

MACEIÓ-AL, Abril/2018.

Relatório de Auditoria Especial

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 001/2018

ANÁLISE DO BALANÇO GERAL DO ESTADO EXERCÍCIO 2017

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA – SEFAZ

ASSUNTO:

Análise do Balanço Geral do Estado de Alagoas, consolidado em 31 de dezembro de 2017, nos aspectos orçamentário, financeiro e patrimonial.

GESTORES:

José Renan Vasconcelos Calheiros Filho
Governador do Estado

José Luciano Barbosa da Silva
Vice-Governador do Estado

George André Palermo Santoro
Secretário de Estado da Fazenda

Renata dos Santos
Secretaria Especial do Tesouro Estadual

Francisco Luiz Suruagy Motta Cavalcanti
Superintendente Especial da Receita Estadual

Paulo Castro Cardoso da Silva
Superintendente Especial do Tesouro Estadual

RESPONSÁVEIS PELOS SETORES DE FINANÇAS E CONTABILIDADE:

Ricardo André de Holanda Leite
Contador Geral do Estado

Epson Acioli Silveira
Gerente Especial de Finanças

Relatório de Auditoria Especial

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO	4
II – METODOLOGIA DO TRABALHO.....	4
III – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	4
IV – ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	5
1. ADMINISTRAÇÃO GERAL.....	5
1.1. Execução Orçamentária.....	5
1.2. Receita Orçamentária	6
1.3. Despesa Orçamentária	9
1.4. Despesa por Funções.....	9
1.5. Análise dos Índices – Balanço Orçamentário	11
1.6. Análise dos Índices – Balanço Financeiro	16
1.7. Balanço Patrimonial.....	17
1.8. Variação Patrimonial	24
1.9. Limites Constitucionais.....	24
1.10. Dívida Consolidada Líquida.....	27
V- CONCLUSÃO.....	27

Relatório de Auditoria Especial

RELATÓRIO DA ANÁLISE DO BALANÇO GERAL DO ESTADO EXERCÍCIO 2017

I - INTRODUÇÃO

Em atenção ao despacho exarado pela Sra. Controladora Geral as folhas 659 constante no Processo 1104 – 000293/2018, procedemos à análise do **Balanço Geral do Estado do Alagoas, do Exercício de 2017**, apresentado pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através do Ofício **GSEF nº 314/2018, de 13/04/2018, de lavra do Secretário de Estado da Fazenda George André Palermo Santoro**, em atendimento à Legislação vigente.

II – METODOLOGIA DO TRABALHO

A realização dos trabalhos abrangeu a análise do Balanço Geral acompanhado dos anexos exigidos pela Lei Federal nº 4.320/64, e dos demonstrativos com limites de despesas com pessoal, saúde, educação, resultado primário e a dívida pública, previstos na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

A análise foi efetuada, sob o ponto de vista estritamente técnico, sobre as peças contábeis, comparando-se os resultados apurados com os estimados, de forma a propiciar melhor entendimento quanto à gestão econômico-financeira do Estado.

O Balanço Geral foi elaborado pela Contadoria Geral do Estado – CONGEAL e pela equipe da Superintendência do Tesouro Estadual – STE, com base nos registros contábeis e orçamentários processados no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM.

III – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Integram a prestação de contas referente ao exercício de 2017, as demonstrações contábeis pertinentes às execuções orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades que compõem a Administração Direta e Indireta, os anexos relativos à execução da Receita e da Despesa Orçamentárias.

Relatório de Auditoria Especial

IV – ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. ADMINISTRAÇÃO GERAL

1.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

a) ORÇAMENTO INICIAL E ALTERAÇÕES

Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 7.871, de 19 de janeiro de 2017, estimou a receita do Orçamento Geral do Estado de Alagoas no valor de R\$10.242 milhões, ao tempo em que fixou a despesa em igual monta. Ao longo do exercício, de forma a viabilizar as metas e prioridades da Administração Estadual, foi alterado por meio de Créditos Adicionais no montante de R\$2.601,1 milhões e anulações no valor de R\$1.220,8 mil.

Observa-se que a receita foi reestimada para R\$10.666 milhões, cujo acréscimo foi de R\$429 milhões. Enquanto que na despesa houve um acréscimo de R\$2.601,1 milhões e uma anulação de R\$1.220,8 milhões, ou seja, a despesa autorizada aumentou, passando para R\$11.622 milhões. Conforme demonstrado a seguir nas Tabelas 01 e 02, a seguir:

TABELA 01 – ALTERAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA PREVISTA

ALTERAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA PREVISTA			R\$ MILHÕES
Título	Valor	Δ %	
Receita Inicial	10.242	100,00%	
Receita Atualizada	11.095	104,14%	
Reestimativa	429		
Receita Realizada	10.666	4,14%	

Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

[Handwritten signatures and initials over the table]

Relatório de Auditoria Especial

IV – ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. ADMINISTRAÇÃO GERAL

1.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

a) ORÇAMENTO INICIAL E ALTERAÇÕES

Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 7.871, de 19 de janeiro de 2017, estimou a receita do Orçamento Geral do Estado de Alagoas no valor de R\$10.242 milhões, ao tempo em que fixou a despesa em igual monta. Ao longo do exercício, de forma a viabilizar as metas e prioridades da Administração Estadual, foi alterado por meio de Créditos Adicionais no montante de R\$2.601,1 milhões e anulações no valor de R\$1.220,8 mil.

Observa-se que a receita foi reestimada para R\$10.666 milhões, cujo acréscimo foi de R\$429 milhões. Enquanto que na despesa houve um acréscimo de R\$2.601,1 milhões e uma anulação de R\$1.220,8 milhões, ou seja, a despesa autorizada aumentou, passando para R\$11.622 milhões. Conforme demonstrado a seguir nas Tabelas 01 e 02, a seguir:

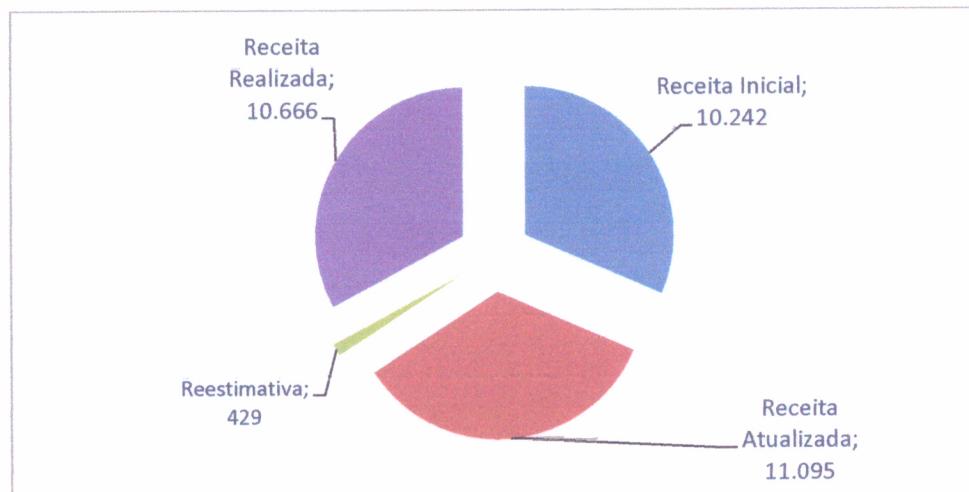
TABELA 01 – ALTERAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA PREVISTA

ALTERAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA PREVISTA			R\$ MILHÕES
	Título	Valor	Δ %
Receita Inicial		10.242	100,00%
Receita Atualizada		11.095	104,14%
Reestimativa		429	
Receita Realizada		10.666	4,14%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

Relatório de Auditoria Especial

GRÁFICO 01 – ALTERAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA PREVISTA



Fonte: Balanço Geral do Estado 2017.

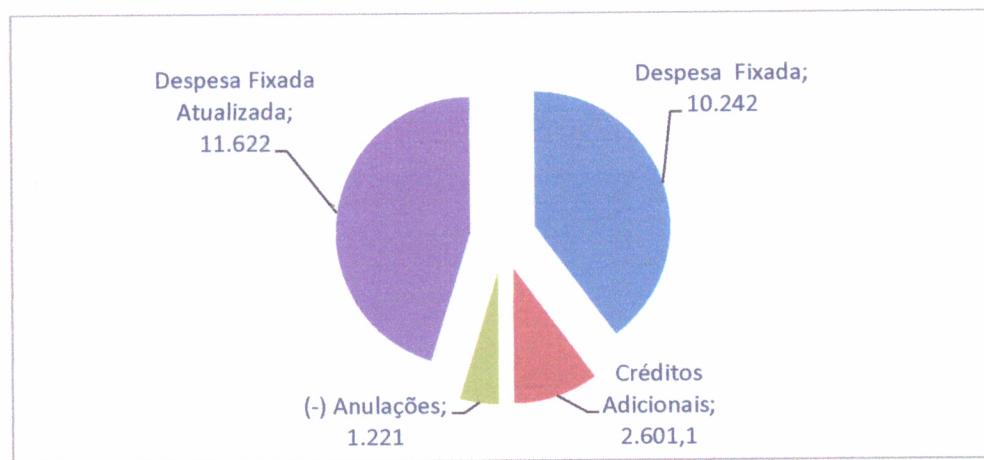
TABELA 02 – ALTERAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA FIXADA

R\$ MILHÕES

TÍTULO	VALOR
Despesa Fixada	10.242
Créditos Adicionais	2.601,1
(-) Anulações	1.221
Despesa Fixada Atualizada	11.622

Fonte: Balanço Geral do Estado 2016.

GRÁFICO 02 – ALTERAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA FIXADA



Fonte: Balanço Geral do Estado 2017.

Relatório de Auditoria Especial

1.2. RECEITA ORÇAMENTÁRIA

a) Comparativo entre Receita Orçada e Arrecadada – 2016 e 2017

A seguir, destacamos as receitas consolidadas de toda a Administração Estadual, de acordo com a Tabela nº 03, na qual constam as espécies de receitas, os valores orçados e arrecadados, assim como os percentuais de realização e de variação:

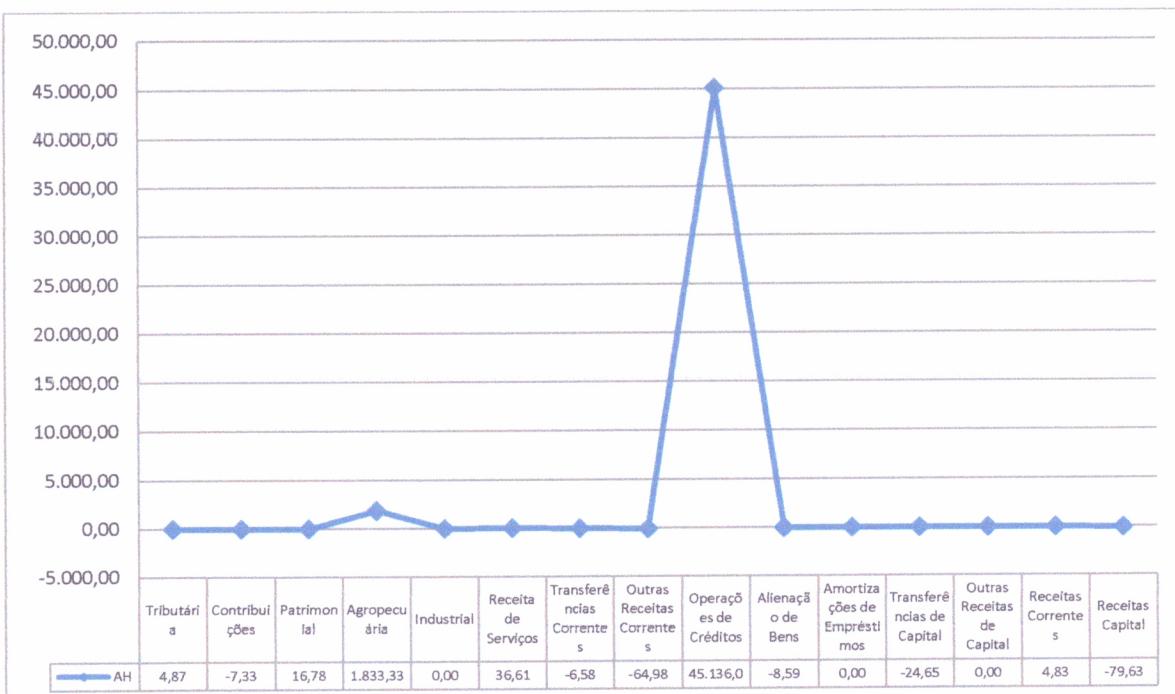
TABELA 03 - COMPARATIVO ENTRE RECEITA ORÇADA E ARRECADADA 2016 E 2017

RECEITAS	2017			2016			R\$ MIL
	ORÇADA	ARRECADADA	AV%	ORÇADA	ARRECADADA	AV%	
RECEITA CORRENTE (1)	8.291.386	8.718.358	81,74	7.732.213	9.049.179	83,13	-3,66
Tributária	3.890.823	4.043.434	37,91	3.483.645	3.855.619	35,42	4,87
Contribuições	212.866	274.221	2,57	-	295.896	2,72	-7,33
Patrimonial	170.972	197.956	1,86	54.178	169.513	1,56	16,78
Agropecuária	-	116	-	-	6	-	1.833,33
Industrial	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	165.986	193.043	1,81	163.204	141.307	1,30	36,61
Transferências Correntes	3.717.798	3.844.391	36,04	3.820.009	4.115.120	37,80	-6,58
Outras Receitas Correntes	132.942	165.197	1,55	211.176	471.717	4,33	-64,98
RECEITA DE CAPITAL (2)	498.105	370.687	3,48	641.004	326.591	3,00	13,50
Operações de Créditos	23.850	124.399	1,17	17.124	275	-	45.136,00
Alienação de Bens	107	149	-	200.131	163	-	-8,59
Amortizações de Empréstimos	-	559	0,01	-	241	-	-
Transferências de Capital	474.148	245.580	2,30	423.649	325.913	2,99	-24,65
Outras Receitas de Capital	-	-	-	100	-	-	-
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTARIAS (3)	1.452.964	1.576.874	14,78	46.659	1.510.052	13,87	4,43
Receitas Correntes	1.441.904	1.575.383	14,77	27.466	1.502.732	13,80	4,83
Receitas Capital	11.060	1.491	0,01	19.193	7.320	0,07	-79,63
TOTAL (4) = (1)+(2)-(3)	10.242.454	10.665.919	100,00	8.419.876	10.886.822	100,00	-2,02

Fonte: Balanço Geral do Estado 2016/2017.

Relatório de Auditoria Especial

GRÁFICO 03 – COMPARATIVO ENTRE RECEITA ARRECADADA – 2016 E 2017



Fonte: Balanço Geral do Estado 2016/2017

- a) A receita arrecadada no exercício de 2017 compreendeu um total de R\$10.666 milhões, enquanto que a de 2016 foi de R\$10.886 milhões, o equivalente a -2,02% do total arrecadado.
- b) Observa-se uma redução na Receita Corrente em **Contribuições**, onde foi arrecadado R\$274.221 milhões em 2017, enquanto que em 2016 foi de R\$295.896 milhões, cujo percentual de variação foi de 7,33%.
- c) Quanto à Receita de Capital, observa-se um acréscimo significativo proveniente de Operações de Crédito, impactando um crescimento R\$124,1 milhões em decorrência do primeiro desembolso do Programa Conecta Alagoas firmando junto ao Banco do Brasil no valor de R\$120 milhões.
- d) Destacam-se como maiores fontes de receitas do Estado, as Tributárias e as Transferências Correntes, no montante de R\$7.608.621 milhões, representando 74,29% do total da Receita prevista.

Relatório de Auditoria Especial

1.3 – DESPESA ORÇAMENTÁRIA

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis de todos os órgãos e entidades da administração direta e indireta, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, inclusive o Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública, e das empresas estatais de economia mista dependentes.

TABELA 04 – DESPESA EMPENHADA POR PODER

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA 2017	AV - % 2017	DESPESA EMPENHADA 2016	R\$ MILHÕES AH - % 2017/2016
Demais Poderes e Órgãos	887,7	10,03	861,2	3,1
Assembleia Legislativa	182,7	2,06	170,3	7,3
Tribunal de Contas	67,4	0,76	75,5	-10,7
Tribunal de Justiça	459,3	5,19	454,1	1,1
Ministério Público	137,5	1,55	125,5	9,6
Defensoria Pública	40,8	0,46	35,8	14,0
Poder Executivo	7.961,8	89,97	7.678,1	3,7
TOTAL DA DESPESA	8.849,5	100,00	8.539,3	3,6

Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

As despesas empenhadas relativas ao Poder Executivo tiveram um acréscimo de 3,7%, ou seja, no exercício de 2016 foi de R\$7.678,1 milhões, enquanto no exercício de 2017 foi para R\$7.961,8 milhões.

As despesas empenhadas por Poderes, mais o Tribunal de Contas e o Ministério Público, ficaram da seguinte forma: o Poder Legislativo, 2,06% do valor total das despesas empenhadas; o Poder Judiciário, 5,65%; o Ministério Público, 1,55%; e o Poder Executivo, 89,97%.

1.4 – DESPESAS POR FUNÇÕES

Seguem demonstradas na Tabela nº 05, as Despesas por Funções do Governo, nos exercícios de 2016 e 2017, podendo-se observar onde o governo alocou maior e menor volume de recursos, bem como as variações, para mais ou para menos, ocorridas de um exercício para o outro.

Relatório de Auditoria Especial

TABELA 05 – DESPESAS POR FUNÇÃO – 2016/2017

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA 2017	AV - % 2017	DESPESA EMPENHADA 2016	AH - % 2017/2016
Previdência Social	1.826,6	17,46	1.753,1	4,20
Administração	593,6	5,67	1.565,1	-62,10
Encargos Especiais	2.423,0	23,16	1.294,2	87,20
Segurança Pública	1.300,9	12,44	1.236,7	5,20
Educação	1.199,9	11,47	1.224,1	-2,00
Saúde	1.125,6	10,76	1.134,8	-0,80
Judiciária	534,7	5,11	526,9	1,50
Legislativa	278,1	2,66	279,4	-0,50
Gestão Ambiental	164,8	1,58	187,7	-12,20
Direitos da Cidadania	199,1	1,90	179,2	11,10
Transporte	279,2	2,67	172,0	62,30
Essencial à Justiça	177,9	1,70	161,4	10,20
Agricultura	133,4	1,28	119,9	11,20
Ciência e Tecnologia	60,5	0,58	61,5	-1,60
Saneamento	32,8	0,31	44,9	-27,00
Comércio e Serviços	18,8	0,18	17,4	8,40
Cultura	21,0	0,20	12,7	65,60
Assistência Social	32,0	0,31	12,3	160,30
Comunicações	7,7	0,07	7,9	-2,00
Trabalho	4,8	0,05	7,3	-34,10
Desporto e Lazer	9,7	0,09	6,2	55,50
Indústria	6,8	0,06	5,8	17,30
Urbanismo	22,1	0,21	5,4	307,70
Habitação	5,6	0,05	4,2	34,20
Organização Agrária	2,1	0,02	2,2	-5,20
Energia	0,0	0,00	0,0	136,40
TOTAL DA DESPESA	10.460,6	100,00	10.022,2	4,40

Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

Relatório de Auditoria Especial

GRÁFICO 04 – DESPESAS REALIZADAS POR FUNÇÕES DE GOVERNO



Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

Analizando as despesas por funções, observam-se as prioridades fixadas pelo Governo do Estado, no tocante aos gastos públicos da administração direta, de forma que 86,07% dos recursos foram aplicados nas seguintes funções: Previdência Social 17,46%, Administração 5,67%, Encargos Especiais 23,16%, Segurança Pública 12,44%, Educação 11,47%, Saúde 10,76% e Judiciária 5,11%.

1.5 – ANÁLISE DOS ÍNDICES – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Apresenta-se a seguir, os índices extraídos do Balanço Orçamentário dos exercícios 2017/2016.

1.5.1- Equilíbrio Orçamentário

TABELA 06 - EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

Descrição	2017		2016		AH%	R\$ MILHÕES
Previsão Inicial da Receita	10.242.454	1,00	8.419.876	1,00	0,00%	
Dotação Inicial da Despesa	10.242.454		8.419.876			

Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

O índice apresentado demonstra que o Estado de Alagoas teve Equilíbrio Orçamentário, visto que para cada R\$1,00 da Previsão Inicial da Receita teve R\$1,00 da Dotação Inicial da Despesa.

1.5.2 Execução da Receita

TABELA 07 - EXECUÇÃO DA RECEITA

Descrição	2017		2016		R\$ MIL
	Receita Realizada	AH%	Previsão Atualizada da Receita	Dotação Inicial da Despesa	AH%
Receita Realizada	10.665.919	0,96	10.885.822	1,05	-8,32%
Previsão Atualizada da Receita	11.094.973		10.381.752		

Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

O indicador apresentado evidencia que houve suficiência na arrecadação da receita, visto que para cada R\$1,00 da Receita Prevista Atualizada, o Estado de Alagoas arrecadou R\$ 0,96 em 2017.

1.5.3 Desempenho da Arrecadação

TABELA 08 - DESEMPENHOS DA ARRECADAÇÃO

Descrição	2017		2016		R\$ MIL
	Receita Realizada	AH%	Previsão Inicial da Receita	Dotação Inicial da Despesa	AH%
Receita Realizada	10.665.919	1,04	10.885.822	1,29	-19,45%
Previsão Inicial da Receita	10.242.454		8.419.876		

Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

O indicador apresentado evidencia que houve autossuficiência na arrecadação da receita do Estado de Alagoas em 2017, visto que para cada R\$1,00 da Receita Inicial Prevista, foi arrecadado R\$1,04 no ano.

1.5.4 Utilização do Excesso de Arrecadação

TABELA 09 - UTILIZAÇÃO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Descrição	2017		2016		AH%
	Créditos Adicionais (Excesso de Arrecadação)	AH%	Créditos Adicionais (Excesso de Arrecadação)	AH%	AH%
Créditos Adicionais (Excesso de Arrecadação)	852.519	2,01	1.961.876	0,80	153,05%
Excesso de Arrecadação	423.465		2.465.945		

Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

*Juliano
A ZL
Góis*

Relatório de Auditoria Especial

O Estado de Alagoas apresentou saldo positivo em 2017, uma vez que o Estado apresentou autossuficiência na arrecadação, ou seja, arrecadou mais do que a previsão atualizada para o exercício.

1.5.5 Utilização do Superávit Financeiro

TABELA 10 – UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

DESCRÍÇÃO	2017	2016	AH%
Créditos Adicionais (Superávit Financeiro)	527.831	273.946	
Superávit Financeiro	1.835.212	1.491.623	56,60%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

O índice do Estado apurado para o exercício 2017 evidencia que para cada R\$ 1,00 de Superávit Financeiro o Estado de Alagoas utilizou R\$ 0,29 para abertura de créditos adicionais.

1.5.6 Execução da Despesa

TABELA 11 – EXECUÇÃO DA DESPESA

DESCRÍÇÃO	2017	2016	AH%
Despesa Executada	10.460.635	10.022.202	
Dotação Atualizada da Despesa	11.622.804	10.838.273	-2,67%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

Com base no índice de Execução da Despesa, observa-se que Alagoas apresentou uma economia de R\$1.162.169 MILHÕES no ano de 2017 em relação à despesa autorizada. Para cada R\$1,00 de Dotação atualizada da despesa, ou seja, “Despesa Autorizada”, o Estado de Alagoas realizou R\$ 0,90 (Despesa Executada).

Relatório de Auditoria Especial

1.5.7 Resultado Orçamentário

TABELA 12 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Descrição	2017		2016		AH%	R\$ MILHÕES
	Receita Realizada	Despesa Empenhada	10.885.822	1.09		
Receita Realizada	10.665.919	1.02				
Despesa Empenhada	10.460.635		10.022.202		-6,13%	

Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

Este indicador demonstra que o Estado obteve equilíbrio no Resultado Orçamentário, arrecadando receita em valor superior ao das despesas empenhadas.

1.5.8 Execução Orçamentária Corrente

TABELA 13 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE

Descrição	2017		2016		AH%	R\$ MILHÕES
	Receita Realizada Corrente	Despesa Empenhada Corrente	10.551.910	1.16		
Receita Realizada Corrente	10.293.740	1.08				
Despesa Empenhada Corrente	9.548.419		9.135.466		-6,67%	

Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

O Estado de Alagoas apresentou no exercício de 2017 uma evolução negativa de 6,67%, neste indicado. Para cada R\$1,00 de Despesa Corrente, o Estado arrecadou R\$1,08 de Receita Corrente, ou seja, as foram suportadas pela Receita Corrente e ainda apresentou Superávit.

1.5.9 Execução Orçamentária de Capital

TABELA 14 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CAPITAL

Descrição	2017		2016		AH%	R\$ MILHÕES
	Receita Realizada de Capital	Despesa Empenhada de Capital	333.911	0,38		
Receita Realizada de Capital	372.179	0,41				
Despesa Empenhada de Capital	912.216		886.736		8,35%	

Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

Relatório de Auditoria Especial

Com base nos dados apresentados é possível destacar que no exercício de 2017 o Estado financiou parte de suas Despesas de Capital com Receitas Correntes, totalizando R\$540.037 MILHÕES.

1.5.10 Financeiro Real da Execução Orçamentária

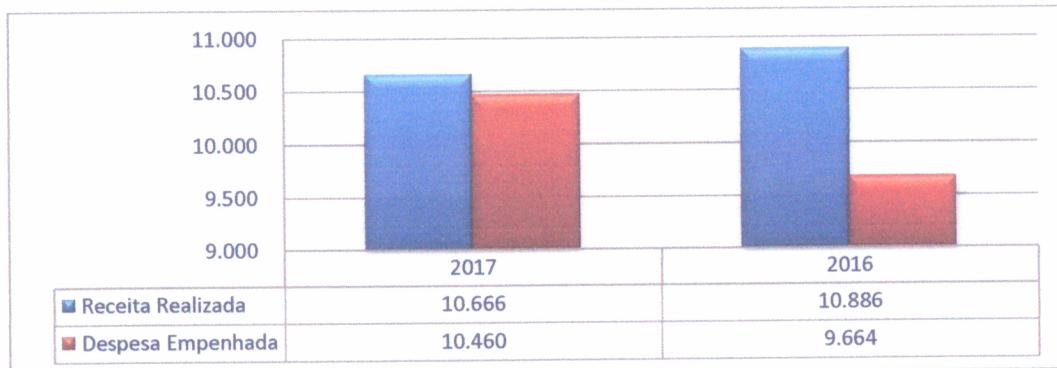
TABELA 15 – FINANCEIRO REAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Descrição	2017	2016	R\$ MILHÕES
Receita Realizada	10.665.919	10.885.822	
Despesa Paga	10.281.666	9.663.984	1,04 1,13 -7,91%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

O Estado de Alagoas no exercício de 2017 apresentou um superávit, ou seja, para cada R\$ 1,00 de despesa paga, o Estado arrecadou R\$1,04 de Receita Realizada, superando o desempenho do ano anterior.

GRÁFICO 05 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO



Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

Evidencia-se que o resultado orçamentário apresentou um Superávit Primário de R\$206 milhões.

[Assinatura]

H. Z. R.

1.6 - ANÁLISE DOS ÍNDICES – BALANÇO FINANCEIRO

Apresenta-se a seguir, os índices extraídos do Balanço Financeiro dos exercícios 2017/2016.

1.6.1 - Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro

TABELA 16 – QUOCIENTE ORÇAMENTÁRIO DO RESULTADO FINANCEIRO

DESCRÍÇÃO	2017		2016		R\$ MIL
Resultado Orçamentário	205.284	-48,64	863.620	1,54	
Variação do Saldo em Espécie	-4.220		562.566		-3.268,48%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

No exercício de 2017, o Estado de Alagoas apresentou uma redução no Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro de 48,64% da variação do saldo em espécie.

1.6.2 – Resultado dos Saldos Financeiros

TABELA 17 – RESULTADO DOS SALDOS FINANCEIROS

DESCRÍÇÃO	2017		2016		AH%
Saldo que passa para o Exercício Seguinte	2.143.421	1,00	2.147.642	1,35	
Saldo do Exercício Anterior	2.147.642		1.585.075		-26,34%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

O Estado apresentou no exercício de 2017 um índice de 1,00, demonstrando que ocorreu um déficit no ano, observando que o Estado obteve um desempenho inferior em relação ao exercício de 2016, com uma redução de 26,34% no indicador.

Relatório de Auditoria Especial

1.6.3 – Execução Extraorçamentária

TABELA 18 – EXECUÇÃO EXTRAORÇAMENTÁRIA

DESCRÍÇÃO	2017		2016	AH%
Recebimentos Extraorçamentários	18.757.534	0,99	23.171.828	0,99
Pagamentos Extraorçamentários	18.967.144		23.472.882	0,18%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

O Estado apresentou em 2017 um índice de 0,99, demonstrando que ocorreu um déficit de 1% no ano em relação à sua Execução Extraorçamentária.

1.7 - BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL Exercícios: 2017/2016

ATIVO	2017	2016
Ativo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.143.421	1.147.642
Créditos a Curto Prazo	467.988	475.039
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0	0
Estoques	210.972	205.413
VPD Pagas Antecipadamente	127	87
Total do Ativo Circulante	2.822.509	2.828.180
Ativo Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo	683.724	236.679
Créditos a Longo Prazo	600.036	152.991
Investimentos Temporários a Longo Prazo	83.688	83.688
Estoques	-	-
VPD Pagas Antecipadamente	-	-
Investimentos	98.320	91.195
Imobilizado	3.801.981	3.200.274
Intangível	66.984	59.688
Diferido	-	-
Total do Ativo Não Circulante	4.651.009	3.587.836
TOTAL DO ATIVO	7.473.517	6.416.015
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	2016
Passivo Circulante		
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	293.589	489.044
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	499.106	605.837
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	132.391	123.542
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	4.578	9.879
Obrigações de Repartições a Outros Entes	20.053	21.231
Provisões a Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	303.272	490.393
Total do Passivo Circulante	1.252.991	1.739.926

Relatório de Auditoria Especial

Passivo Não Circulante

Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	100.831	195.913
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	8.184.977	8.103.567
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	103.289	155.538
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	1.044	1.351
Provisões a Longo Prazo	241.216	(13.732)
Demais Obrigações a Longo Prazo	64.889	64.889
Resultado Diferido	-	-
Total do Passivo Não Circulante	8.696.247	8.507.526
Patrimônio Líquido		
Patrimônio Social e Capital Social	(3.693.275)	(7.266.625)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
Reservas de Capital	16.929	16.929
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	-	-
Demais Reservas	(48.157)	(48.157)
Resultados Acumulados	1.248.782	(3.466.416)
(-) Ações/Cotas em Tesouraria	-	-
Total do Patrimônio Líquido	(2.475.720)	(3.831.437)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.473.517	6.416.015

Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

Em análise a situação do Patrimônio do Estado, em 31.12.2017, verifica-se o que segue:

a) IMOBILIZADO
IMOBILIZADO
Exercícios: 2017/2016

DESCRÍÇÃO	2016	AV %	2015	AV %	AH %
Bens Móveis	907.637	23,87%	837.245	26,16%	8,41%
Bens Móveis (-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis	1.002.498	26,37%	915.803	28,62%	9,47%
Bens Imóveis	(94.862)	-2,50%	(78.558)	-2,45%	20,75%
Bens Imóveis (-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	2.894.345	76,13%	2.363.029	73,84%	22,48%
TOTAL	3.801.981	100,00%	3.200.274	100,00%	18,80%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

Notas: AV - Análise Vertical / AH - Análise Horizontal

A conta Imobilizado teve um aumento de 18,80% em relação a 2017. Este aumento motivado principalmente pelo crescimento de seus bens imóveis, que apresentou um aumento 22,54% em 2017 devido ao registro de obras em andamento de bens de uso comum do povo.

Relatório de Auditoria Especial

b) INTANGÍVEL

INTANGÍVEL

Exercícios: 2017/2016

Descrição	2017	AV %	2016	AV %	R\$ MILHÕES AH %
Softwares	68.270	101,92%	60.144	100,76%	13,51%
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	1.404	2,10%	1.404	2,35%	0,00%
(-) Amortização Acumulada	(2.690)	-4,02%	(1.859)	-3,12%	44,65%
TOTAL	66.984	100,00%	59.688	100,00%	12,22%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

Notas: AV - Análise Vertical / AH - Análise Horizontal

A conta do ativo intangível de Alagoas sofreu uma variação positiva de 12,22% em relação ao exercício anterior. Esse crescimento do Intangível em 2017 se deu exclusivamente pela valorização de 13,51% do valor dos seus softwares.

c) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO

Exercícios: 2017/2016

Descrição	2017	AV %	2016	AV %	R\$ MILHÕES AH %
Pessoal a Pagar	245.671	83,68%	428.018	87,52%	-42,60%
Encargos Sociais a Pagar	47.918	16,32%	61.025	12,48%	-21,48%
TOTAL	293.589	100,00%	489.044	100,00%	-39,97%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2016

Notas: AV - Análise Vertical / AH - Análise Horizontal

O Estado de Alagoas finalizou o ano de 2017 com 39,97% a menos de Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a Pagar a Curto Prazo. Isso significa um montante de R\$ 293.589 MILHÕES, compondo-se de 83,68% de Despesa com Pessoal a Pagar e 16,32% de Encargos Sociais a Pagar.

Relatório de Auditoria Especial

d) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO

Exercícios: 2017/2016

R\$ MILHÕES

Descrição	2017	AV %	2016	AV %	AH %
Financiamentos a Curto Prazo - Interno	445.304	89,22%	572.844	94,55%	-22,26%
Financiamentos a Curto Prazo - Externo	53.803	10,78%	32.993	5,45%	63,07%
TOTAL	499.106	100,00%	605.837	100,00%	-17,62%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

Notas: AV - Análise Vertical / AH - Análise Horizontal

Os Empréstimos de Financiamentos a Curto Prazo totalizaram ao final de 2017 um montante de R\$ 499.106 MILHÕES, tendo uma diminuição de 17,62% em relação ao ano anterior.

e) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO

FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO

Exercícios: 2017/2016

R\$ MILHÕES

Descrição	2017	AV %	2016	AV %	AH %
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais do Exercício	95.498	72,13%	82.984	67,17%	15,08%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais de Exercícios Anteriores	20.419	15,42%	19.836	16,06%	2,94%
Precatórios de Fornecedores Nacionais	-	0,00%	11.478	9,29%	-100,00%
Fornecedores e Contas a Pagar do Exercício - INTRA OFSS	16.474	12,44%	9.243	7,48%	78,23%
TOTAL	132.391	100,00%	123.542	100,00%	7,16%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

Notas: AV - Análise Vertical / AH - Análise Horizontal

Em relação ao exercício anterior, o Estado de Alagoas finalizou o ano de 2017 com um acréscimo 7,16% no saldo final desta conta.

f) OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO

OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO

Exercícios: 2017/2016

DESCRÍÇÃO	2017	AV %	2016	AV %	AH %
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União	4.531	98,97%	9.838	99,59%	-53,94%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios	47	1,03%	41	0,41%	15,45%
TOTAL	4.578	100,00%	9.879	100,00%	-53,66%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

Notas: AV - Análise Vertical / AH - Análise Horizontal

Essa conta teve uma redução expressiva de 53,66%, passando de R\$ 9.838 MILHÕES para R\$ 4.531 MILHÕES.

g) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO

Exercícios: 2017/2016

R\$ MILHÕES

DESCRÍÇÃO	2017	AV %	2016	AV %	AH %
Pessoal a Pagar	245.671	83,68%	428.018	87,52%	-42,60%
Encargos Sociais a Pagar	47.918	16,32%	61.025	12,48%	-21,48%
TOTAL	293.589	100,00%	489.044	100,00%	-39,97%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

Notas: AV - Análise Vertical / AH - Análise Horizontal

Verifica-se que os Encargos Sociais a pagar teve uma redução no percentual de 39,97% em Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a Longo Prazo, passando de R\$489.044 MILHÕES para R\$293.589 MILHÕES.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Relatório de Auditoria Especial

1.7.1. Análise dos Índices - Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir, os índices extraídos do Balanço Patrimonial dos exercícios 2016/2015.

1.7.1.1. Liquidez Geral

TABELA 19 – LIQUIDEZ GERAL

DESCRÍÇÃO	2017	2016	R\$ MILHÕES
AH%			
Ativo Circulante+Ativo Realizável a Longo Prazo	3.506.232	3.064.859	
	0,35	0,30	
Passivo Circulante+Passivo Não Circulante	9.949.237	10.247.452	
			17,83%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

O índice apresentado demonstra que o Estado, no exercício de 2017, possuía R\$0,35 de recursos realizáveis a curto e longo prazo, para cada R\$1,00 de sua exigibilidade total. Houve uma evolução positiva deste indicador de 17,83% em relação ao ano anterior.

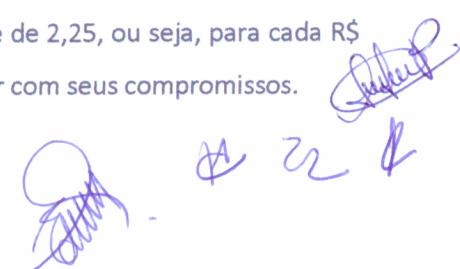
1.7.1.2. Liquidez Corrente

TABELA 20 – LIQUIDEZ CORRENTE

DESCRÍÇÃO	2017	2016	R\$ MILHÕES
AH%			
Ativo Circulante	2.822.509	2.828.180	
	2,25	1,63	38,58%
Passivo Circulante	1.252.991	1.739.926	

Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

O Estado de Alagoas apresenta um índice de liquidez corrente de 2,25, ou seja, para cada R\$ 1,00 de obrigação no curto prazo o Estado possui R\$ 2,25 para cumprir com seus compromissos.



1.7.1.3. Liquidez Seca

TABELA 21 – LIQUIDEZ SECA

DESCRÍÇÃO	2017	2016	AH%	R\$ MILHÕES
Disponibilidade+Créditos a Curto Prazo	2.611.536	2,08	2.622.767	1,51
Passivo Circulante	1.252.991		1.739.926	38,27%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

O Estado de Alagoas apresentou um índice de 2,08 em 2017, ou seja, para cada R\$ 1,00 de obrigações no curto prazo, ele possui R\$ 2,08 de Disponibilidades e Créditos a Curto Prazo. O Estado apresentou uma melhora neste índice em 38,27% com relação ao exercício anterior.

1.7.1.4. Liquidez Imediata

TABELA 22 – LIQUIDEZ IMEDIATA

DESCRÍÇÃO	2017	2016	AH%	R\$ MILHÕES
Disponibilidade	2.143.421	2.147.642		
Passivo Circulante	1.252.991	1.739.926	38,59%	1,71 1,23

Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

Para cada R\$ 1,00 de dívida no curto prazo, o Estado possui R\$ 1,71 nas suas disponibilidades financeiras, ou seja, o Estado consegue honrar com seus compromissos assumidos no curto prazo utilizando apenas as suas disponibilidades existentes.

TABELA 23 – ENDIVIDAMENTO GERAL

DESCRÍÇÃO	2017	2016	AH%
Exigível Total	9.949.237	10.247.452	
Ativo Total	7.433.517	6.416.015	-16,20%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

Para cada R\$ 1,00 do ativo total, o Estado possui R\$ 1,34 estão presos a dívidas, ou seja, o Estado não consegue honrar com seus compromissos.

TABELA 24 – COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

Descrição	2017		2016		AH%
Passivo Circulante	1.252.991	0,13	1.739.926	0,17	-25,83%
Passivo Circulante +					
Passivo Não Circulante	9.949.237		10.247.452		

Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

Em 2017 o Estado apresentou maior índice de endividamento de curto prazo em 13%, em relação ao índice de endividamento de longo prazo que foi de 17% em 2016, tendo optado, nesse período, por maior financiamento em longo prazo, tendo assim um período maior para levantar os recursos necessários para quitar parte de suas obrigações.

1.8. VARIAÇÃO PATRIMONIAL

TABELA 25 – RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Descrição	2017		2016		R\$ MILHÕES
Variações Patrimoniais Aumentativas	26.634.777	1,06	26.848.484	1,15	-8,39%
Variações Patrimoniais Diminutivas	25.204.187		23.275.133		

Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

Em 2017, o Estado de Alagoas continuou apresentando um superávit patrimonial de 1,06%, contudo em comparação ao exercício anterior houve uma redução de 8,39%.

1.9 LIMITES CONSTITUCIONAIS

Destacam-se a seguir, alguns demonstrativos das despesas, cujos limites encontram-se previstos na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000).

Relatório de Auditoria Especial

1.9.1 Despesa com Pessoal

O art. 19 da LRF fixa o limite máximo de 60% da despesa global com pessoal, o art. 20 determina a repartição desse limite global entre os poderes, cujos valores na esfera estadual são:

- Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado = 3%;
- Judiciário = 6%;
- Ministério Público = 2%; e
- Executivo = 49%

TABELA 26 – REPRESENTATIVIDADE DAS DESPESAS COM PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA

CORRENTE LÍQUIDA – 2017/2016

Especificação	Limite de Alerta	Limite Prudencial	Limite Máximo
Despesa Líquida com Pessoal - Poder Executivo	44,10%	46,55%	49,00%
Despesa Líquida com Pessoal - Consolidado Geral	54,00%	57,00%	60,00%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

TABELA 27 – ÍNDICE DE PESSOAL – ESTADO DE ALAGOAS – 2017/2016

Especificação	2016	2017
Despesa Líquida com Pessoal - Poder Executivo	45,97%	48,63%
Despesa Líquida com Pessoal - Consolidado Geral	54,02%	57,75%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

No exercício de 2017, o Poder Executivo atingiu o índice 48,63% ficando acima do limite estabelecido pela LRF. Do mesmo modo, a despesa com Pessoal consolidada está acima do limite prudencial de 57,00%, sendo 57,57% da RCL.

1.9.2 Demonstrativo do Gasto com Saúde e Educação

No exercício de 2017, a Receita Líquida de Impostos importou em R\$7.092,3 milhões a qual serviu de base para cálculo dos índices dos recursos mínimos aplicados na Saúde e Educação, respectivamente 12% e 25%.

1.9.2.1. SAÚDE

TABELA 25 – APLICAÇÃO DO MÍNIMO CONSTITUCIONAL EM SAÚDE – 2016-2015

R\$ MILHÕES

Discriminação	2016	2017	Δ % 2017/2016
Despesas em Ações e Serviços Públicos de Saúde (a)	861,9	875,5	1,6%
Total das Receitas para Aplicação do Índice (b)	7.107,3	7.092,3	-0,2%
% Aplicação ASPS (a)/(b)	12,1%	12,3%	1,8%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

No demonstrativo do gasto com Saúde, o Estado aplicou 12,3% da Receita Líquida nas despesas em Ações e Serviços de Saúde, quando o limite mínimo é de 12%. A aplicação em 2017 foi de 1,6% superior à do ano anterior em termos absolutos.

1.9.2.2. EDUCAÇÃO

TABELA 26 – APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – 2017/2016

R\$ MILHÕES

Discriminação	2016	2017	Δ % 2017/2016
Despesa Realizada Diretamente pelo Estado (a)	1.158,2	1.155,9	-0,2%
Despesa Realizada Indiretamente pelo Estado (b)	631,3	665,7	5,4%
<i>Recursos Enviados para Fundeb</i>	1.309,0	1.284,5	-1,9%
<i>Recursos Recebidos do Fundeb</i>	665,8	616,0	-7,5%
<i>Cancelamentos RPanos anteriores</i>	12,0	2,9	-75,8%
Total Aplicação MDE (a) + (b)	1.789,5	1.821,6	1,8%
Receita Líquida de Impostos (b)	7.107,3	7.092,3	-0,2%
% Aplicação MDE 2017 (a) / (b)	25,2%	25,7%	2,0%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

Relatório de Auditoria Especial

Conforme se observa o Estado aplicou 25,7% da Receita Líquida de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento de Ensino, acima do limite mínimo exigido, que representa uma aplicação de R\$1.155,9 milhões.

1.10 DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

TABELA 27 – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – 2017-2016

Discriminação	2016	2017	R\$ MILHÕES Δ % 2017/2016
Receita Corrente Líquida - RCL	7.646,5	7.348,6	-3,9%
Dívida Consolidada Líquida - DCL	7.863,5	7.000,3	-11,0%
% DCL / RCL	102,8%	95,3%	-7,4%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2017

A Dívida Consolidada Líquida totalizou R\$7.000,3 milhões, correspondendo ao percentual de 95,3% da RCL, atendendo ao limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal que é de um endividamento máximo de 200%.

V - CONCLUSÃO

Examinamos o Balanço Geral do Estado de Alagoas, levantado em 31 de dezembro de 2017 acompanhado dos anexos exigidos pela Lei Federal nº 4.320/64, e dos demonstrativos com limites de despesas com pessoal, saúde, educação, resultado primário e a dívida pública, previstos na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000, elaborados pelos responsáveis legais e técnicos registrados na capa deste Parecer.

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. Os exames foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público e aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, bem como o resultado das ações realizadas.

A análise foi efetuada, sob o ponto de vista estritamente técnico, sobre as peças contábeis, comparando-se os resultados apurados com os estimados, de forma a propiciar melhor entendimento quanto à gestão econômico-financeira do Estado.

Relatório de Auditoria Especial

Em nossa opinião, com base nos exames realizados, o Balanço Geral do Estado representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, bem como o resultado das ações realizadas.

É o Relatório.

Maceió, 13 de Abril de 2018.


Fabiana Cristina Mendonça de Freitas
Assessora de Controle Interno
Matrícula nº 108-2 / CRC-AL nº 5.204


Esmeraldina Correia da Rocha
Assessora de Controle Interno
Matrícula nº 96-5 / CRC-AL nº 3.509


Isabel Cristina Silva Lins
Assessora de Controle Interno
Matrícula nº 105-8 / CRC-AL nº 6.869


Viviane Rocha Luna do Nascimento
Assessora de Controle Interno
Matrícula nº 114-7 / CRC-AL nº 5.150

De Acordo:


Adriana Andrade Araújo
Superintendente de Auditagem
Matrícula nº 113-9 / CRC-AL nº 3.919